

CONGRESSO

Lula intervém na articulação política

Após derrotas da semana passada no Congresso, presidente assume parte do diálogo com parlamentares. Para Padilha, governo tem vencido no que é essencial

» VICTOR CORREIA

Depois das derrotas no Congresso, na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva interveio na articulação política e passará a se reunir com os parlamentares, sobretudo quando estiverem em jogo as pautas econômicas. O novo formato foi decidido ontem. Segundo o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, Lula estará aberto a receber ministros, líderes e vice-líderes de partido.

“O presidente recebeu líderes e vice-líderes este ano e está à disposição para recebê-los outras vezes. Faz questão de fazer agendas para a sanção de projetos prioritários, valorizar o trabalho dos parlamentares, encontrá-los. (Lula) tem buscado estar com eles nas agendas nos estados. O presidente sempre está à disposição”, reforçou Padilha.

Lula concluiu que a articulação tem problemas depois da conjunta do Congresso, na terça-feira passada. O governo sofreu derrotas com a derrubada do veto à Lei das Saldinhas — que acaba com as saídas temporárias para presos —, e com a manutenção de veto do ex-presidente Jair Bolsonaro que impede a criminalização do disparo em massa de fake news em rede sociais.

Ao fazer um balanço do episódio, Padilha considerou que os temas prioritários, os econômicos e sociais, estão sendo aprovados no Congresso. As derrotas nas pautas de costume eram, segundo ele, esperadas. E tiveram grande repercussão por causa do barulho feito pelos bolsonaristas nas redes sociais.

“Nada do que aconteceu nesta sessão surpreendeu os articuladores políticos do governo. Nada. É muito raro um time ser campeão de um torneio sem ter algum tipo de derrota. O que você não pode é perder o mata-mata, e não vamos perder. Não estamos sendo derrotados naquilo que é essencial para a recuperação econômica e para a recomposição das políticas sociais”, frisou Padilha. A expectativa do Palácio do Planalto é de aprovar as medidas econômicas até o recesso parlamentar, no início de julho.

Advertências

Os alertas sobre as dificuldades na articulação política do governo não são recentes. Um dos principais críticos é o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ao deixar explícito que

Ed Alves/CB/D.A. Press



Presidente entra em campo para rearrumar a articulação, que há tempos é motivo de insatisfações



O presidente recebeu líderes e vice-líderes este ano e está à disposição para recebê-los outras vezes. Faz questão de fazer agendas para a sanção de projetos prioritários, valorizar o trabalho dos parlamentares, encontrá-los. (Lula) tem buscado estar com eles nas agendas nos estados. O presidente sempre está à disposição”

Alexandre Padilha,
ministro da Secretaria de
Relações Institucionais

Padilha é o elo fraco da corrente para a construção de diálogo com o Congresso. Apesar de ter recuado daquilo que dissera, no começo de abril o deputado classificou o ministro como “desafeto pessoal” e “incompetente”. O

último encontro de Lula com líderes partidários da Câmara foi em fevereiro e com os do Senado, em março.

Para a semana, uma das prioridades do Palácio é a aprovação do Programa Mover, no Senado, que está na pauta da sessão de hoje. O texto concede benefícios fiscais para montadoras que investirem em inovação, mas traz alguns “jabutis” da Câmara dos Deputados — um é o que estabelece alíquota de 20% para a taxa de compras de até US\$ 50 em sites internacionais. Para este, Lula e Lira fecharam acordo.

“Jabutis”

Outros dois “jabutis”, porém, não foram combinados com o governo. Um fixa cotas mínimas para contratar empresas nacionais em projetos de exploração ou produção de petróleo e gás natural. O outro dá incentivos para a produção de bicicletas, por meio da redução do IPI. Segundo Padilha, “vamos trabalhar no Senado” essas “emendas que foram acrescentadas na Câmara. O texto delas não é acordado com o governo”. Segundo Padilha, o objetivo é apresentar uma emenda de redação, que altera o texto dos “jabutis”, ou então deixar claro que possivelmente serão vetados pelo presidente.

No Senado, entre as prioridades elencadas pelo Palácio estão a aprovação das Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCD) e do Marco Regulatório do Fomento à Cultura. Na Câmara, o objetivo é pautar a medida provisória (MP) que criou o programa Acreditado, de reestruturação do mercado de crédito.

Para julho, a pauta prioritária do governo inclui aprovar a regulamentação da reforma tributária na Câmara. Segundo Padilha, o Ministério da Fazenda deve mandar o segundo projeto de lei até a semana que vem.

A pasta conduzida por Fernando Haddad também está finalizando o desenho das medidas compensatórias para a desoneração da folha de pagamentos de empresas e municípios. A expectativa é de que o relator da desoneração, Jaques Wagner (PT-BA), apresente parecer até o fim desta semana.

Participaram da reunião com Lula, além de Padilha, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo; o ministro interino da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Laércio Portela; os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). Também estavam presentes os secretários-executivos da Casa Civil, Miriam Belchior, e da Fazenda, Dario Durigan.

Mais de 10 mil pacientes recebendo remédios gratuitos em casa todo mês.

Foi este GDF que fez. E está fazendo muito mais.



Vanda Cristina
Recebe remédios em casa



Alegria com vitória da esquerda no México

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou a eleição de Claudia Sheinbaum para a Presidência do México — será a primeira mulher a comandar o país. Disse estar “muito feliz” por ser ela representante do campo progressista e aliada do atual presidente, Andrés Manuel López Obrador — são do mesmo partido, o Morena. Lula adiantou que pretende visitar o México ainda este ano.

“Estou muito feliz com a vitória dela, porque representa o meu grande companheiro López Obrador, que fez um governo extraordinário. Portanto, acho que o México está garantido democraticamente”, comentou Lula com jornalistas, no Palácio do Itamaraty — sede do Ministério das Relações Exteriores —, enquanto aguardava o presidente da Croácia, Zoran Milanovic.

“Estou feliz por ser uma mulher também. Estou feliz que duas mulheres disputaram e ganhou aquela que representa o lado ideológico mais próximo das pessoas progressistas do mundo”, acrescentou. Claudia Sheinbaum disputou a Presidência do México com a senadora Xóchitl Gálvez.

O presidente sinalizou a vontade de visitar o país ainda em 2024 para agradecer a López Obrador “pelo carinho que ele teve comigo quando eu não era presidente ainda”. Lula se referia ao fato de que, quando foi preso, em 2018, o presidente mexicano acusou o encarceramento de ter sido injusto.

Mas, na agenda da possível ida ao México, também há o projeto de expandir a relação comercial e de investimentos entre os países. “Somos as duas

maiores economias do continente. Porém, ainda temos pouco fluxo no comércio. Poderíamos ter muito mais, e mais empregos do México investindo no Brasil. E o Brasil investindo no México, para que as duas economias cresçam”, frisou.

Ucrânia

Lula também rebateu a acusação do presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, que na semana passada afirmou que o Brasil está do lado do agressor — a Rússia, que invadiu o país em 2022 — e questionou as razões pelas quais está mais alinhado com o regime de Moscou. O presidente salientou que o país condenou a invasão russa desde o início.

“Uma desescalada seria um passo necessário para que as partes possam retomar o diálogo direto. Apoiamos a realização de uma conferência internacional, que seja reconhecida tanto pela Ucrânia quanto pela Rússia”, destacou Lula, em discurso ao receber o presidente ucraniano.

Na quinta-feira passada, Zelensky cobrou do Brasil que desse um ultimato a Vladimir Putin. “A Rússia nos atacou. O Brasil tem de estar do nosso lado e dar um ultimato ao agressor, em nome do resto do mundo. Uma amizade com alguém que tem uma ideologia e uma visão fascistas não pode trazer benefícios”, cobrou o presidente ucraniano.

Dias antes, em 27 de maio, o chanceler ucraniano, Dmytro Kuleba, também exigiu uma posição do Brasil, que “tem um importante papel global e deve usar sua boa relação com Moscou para ajudar a acabar com a guerra”. (VC)

Voto para evitar críticas de radicais

A deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), que votou contra o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Lei das Saldinhas, afirmou que seu voto foi uma tentativa de se esquivar dos ataques da extrema direita. Segundo a parlamentar, a escolha de Lula de contrariar o Congresso na pauta da segurança pública foi um equívoco.

Segundo Rosário, que é pré-candidata à prefeitura de Porto Alegre, o Palácio do Planalto precisa tratar o tema com mais atenção. “Se eu não criar condição para que a população me escute em outros temas, sempre estarei como alvo de ataques da extrema direita. Então, quis dialogar tirando o foco disso. Foi um equívoco o veto (de Lula). Temos que debater de forma mais complexa temas como esse. Meu voto para derrubar

o veto só serviria para ataques rasteiros”, disse.

Incômodo

O que incomodou os petistas e o Palácio é que Rosário foi ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos no governo da ex-presidente Dilma Rousseff. Além disso, a deputada tem como principais pautas do seu mandato temas ligados à igualdade social e à dignidade de todos os grupos sociais.

Na semana passada, deputados e senadores reuniram-se na sessão conjunta do Congresso para manter ou derrubar vetos presidenciais. Um dos projetos de maior conflito entre o Legislativo e o Planalto era o que trata da saída temporária de presos — a “saldinha”.

Quando o vetou, Lula queria abrir brecha para permitir visita

de presos à família. Mas com a derrubada do veto, esse benefício fica impedido. Foi mantido apenas o direito de condenados deixarem a prisão para fazer cursos profissionalizantes ou de ensino médio e superior.

A derrubada do veto já era vista como certa por integrantes do governo. Por 314 votos pela queda, 126 pela manutenção e duas abstenções, os deputados preferiram retomar o texto original aprovado na Casa. No Senado, 51 acompanharam a posição da Câmara, 11 votaram a favor da “saldinha” e um senador se absteve.

A preservação da “saldinha” em feriados era tida pelo PT como uma “questão de honra” e como uma “pauta cara” para Lula, como disse o líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), a outros líderes da Casa. Por isso,

o governo mobilizou uma força-tarefa para garantir a manutenção do veto presidencial. Mas mesmo assim fracassou.

O ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais, vem tentando passar a ideia de que a questão era uma derrota que estava contabilizada pelo governo e que o Planalto pouco fez para que o veto de Lula fosse derrubado. Porém, o governo não mediu esforços para tentar manter o direito à “saldinha”. Tanto que o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, participou de uma audiência pública na Câmara e pretendeu convencer os deputados a manter a decisão do presidente da República — exortou os parlamentares a considerar que eles contrariariam “princípios irrevogáveis da Constituição”, como o da dignidade humana.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Voto de Rosário surpreendeu por ser ela defensora dos direitos humanos